

COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO
- COMPESA

Relatório de revisão do auditor independente

Demonstrações contábeis intermediárias
Em 31 de março de 2025

COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA

Demonstrações contábeis intermediárias
Em 31 de março de 2025

Conteúdo

Relatório de revisão do auditor independente sobre as demonstrações contábeis intermediárias

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Demonstrações do valor adicionado

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias

RELATÓRIO DE REVISÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA
Recife - PE

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA ("Companhia") em 31 de março de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findos naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e demais notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis intermediárias, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de demonstrações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias da Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA, acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária.



Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As demonstrações contábeis intermediárias acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de CPC 21 (R1). Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações contábeis intermediárias, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as demonstrações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às demonstrações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Recife, 17 de junho de 2025.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 PE 001269/F-8

Leonardo da Silva Vilar Gomes
Contador CRC 1 PE 021026/O-6

Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/03/2025	31/12/2024	Passivo	Nota	31/03/2025	31/12/2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	191.370	254.905	Arrendamento Mercantil	15	17.300	18.972
Contas a receber de clientes	6	842.405	850.878	Empréstimos e financiamentos	16.a	373.756	377.043
Estoques	7	14.892	14.282	Fornecedores	17	161.242	168.913
Ativo fiscal corrente	8	48.708	46.088	Depósitos e retenções contratuais		408	411
Convênios e outros investimentos	9	30.435	30.270	Passivo fiscal - corrente	18	39.573	38.749
Outros créditos a receber	10	2.703	1.548	Passivo fiscal - diferido	18	2.568	2.568
Despesas antecipadas		3.063	3.063	Consignações a recolher		4.520	5.345
Total do ativo circulante		<u>1.133.576</u>	<u>1.201.034</u>	Salários e encargos sociais a pagar	19	56.636	44.441
				Juros sobre capital próprio a pagar	24	29.168	29.168
				Outras contas a pagar	20	112.258	112.160
						<u>797.429</u>	<u>797.770</u>
Não circulante				Não circulante			
Realizável a Longo Prazo				Arrendamento Mercantil	15	3.229	3.613
Contas a receber de clientes	6	20.168	20.875	Empréstimos e financiamentos	16.a	386.752	435.083
Ativo fiscal diferido	8	24.183	24.183	Provisões e passivos contingentes	22	140.250	130.001
Convênios e outros investimentos	9	148.006	147.920	Passivo fiscal - corrente	18	170	234
Depósitos judiciais	22	78.143	78.891	Outras contas a pagar	20	102.624	102.577
Ativo de Contratos	11	318.441	304.889	PPP - Esgotamento Sanitário RMR/Goiana	21	1.643.797	1.627.573
		<u>588.941</u>	<u>576.758</u>	Juros sobre capital próprio - Estado de Pernambuco	24	180.274	180.274
Imobilizado	12	158.462	159.994	Benefício a empregados	23	339.432	339.432
Intangível	13	9.902.913	9.793.825			<u>2.796.528</u>	<u>2.818.787</u>
Total do ativo não circulante		<u>10.650.316</u>	<u>10.530.577</u>			<u>3.593.957</u>	<u>3.616.557</u>
				Patrimônio líquido			
				Capital social	25.a	7.761.434	7.761.434
				Adiantamento para futuro aumento de capital	25.b	131.984	92.466
				Ajustes de avaliação patrimonial		(48.559)	(48.628)
				Reservas de Lucros		309.782	309.782
				Lucros/Prejuízos acumulados		35.294	-
						<u>8.189.935</u>	<u>8.115.054</u>
Total do ativo		<u><u>11.783.892</u></u>	<u><u>11.731.611</u></u>			<u><u>11.783.892</u></u>	<u><u>11.731.611</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA

Demonstrações dos resultados

Para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	01/01/2025 a 31/03/2025	01/01/2024 a 31/03/2024
Receita Líquida	26	734.408	696.469
Custo dos serviços prestados	27	(515.539)	(468.300)
Lucro bruto		218.869	228.169
Receitas (despesas) operacionais			
Comerciais	28.a	(99.820)	(77.364)
Administrativas	28.b	(66.832)	(81.959)
Tributárias	28.c	(4.302)	(4.451)
Outras receitas (despesas), líquidas	28.d	529	4.996
		(170.425)	(158.778)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras, líquidas		48.444	69.391
Receitas financeiras	29	17.608	21.725
Despesas financeiras	29	(26.255)	(29.197)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	29	(8.647)	(7.472)
Resultado antes do tributo		39.797	61.919
Contribuição social sobre o lucro líquido		(4.503)	(7.031)
Lucro líquido do período		35.294	54.888
Resultado por ação			
Resultado por ação - básico e diluído (em unidades de R\$)		0,17	0,27

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA

Demonstrações dos resultados abrangentes

Para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	01/01/2025 a 31/03/2025	01/01/2024 a 31/03/2024
Lucro líquido do período	35.294	54.888
Resultados abrangentes		
Variação líquida do valor justo de investimentos	69	(124)
Resultado abrangente total	<u>35.363</u>	<u>54.764</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	24	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas			Lucros/Prejuízos acumulados	Total
						Reserva legal	Reserva estatutária	Reserva para dividendos adicionais		
Saldo em 01 de janeiro de 2024			7.472.434	231.707	(54.085)	65.515	131.030	57.293	-	7.903.894
Adiantamento para futuro aumento de capital			-	9.659	-	-	-	-	-	9.659
Valor justo de instrumento financeiro/patrimonial			-	-	(124)	-	-	-	-	(124)
Lucro líquido do exercício			-	-	-	-	-	-	54.888	54.888
Saldo em 31 de março de 2024			7.472.434	241.366	(54.209)	65.515	131.030	57.293	54.888	7.968.317
Saldo em 01 de janeiro de 2025			7.761.434	92.466	(48.628)	72.623	145.247	91.912	-	8.115.054
Adiantamento para futuro aumento de capital			-	39.518	-	-	-	-	-	39.518
Valor justo de instrumento financeiro/patrimonial			-	-	69	-	-	-	-	69
Lucro líquido do exercício			-	-	-	-	-	-	35.294	35.294
Saldo em 31 de março de 2025			7.761.434	131.984	(48.559)	72.623	145.247	91.912	35.294	8.189.935

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	01/01/2025 a 31/03/2025	01/01/2024 a 31/03/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	35.294	54.888
Ajustes por:		
Depreciação	8.177	6.377
Amortização	26.337	24.032
Variação despesas financeiras	-	(1)
Perdas por crédito não liquidado	83.861	54.634
Ajuste a valor presente	(34)	230
Ajuste imobilizado e intangível	-	(4.204)
Juros sobre arrendamento e outros	537	414
Receitas e despesas de aplicações	-	(14)
Constituição (Reversão) das provisões para contingências	10.236	10.023
Ajuste de estoque	5	2
Juros e custos sobre empréstimos	-	23.434
Recuperação de CBOS - Investimento (PPP)	(43.063)	(40.126)
Tributos Diferidos e outros	(64)	3.611
	<u>121.286</u>	<u>133.300</u>
Variações patrimoniais		
(Aumentos) reduções nos ativos e aumentos (reduções) nos passivos		
Contas a receber de clientes	(74.681)	(76.399)
Estoques	(791)	(3.111)
Tributos a recuperar e diferidos	(2.620)	9.106
Convênios e outros investimentos	1.293	1.154
Outros créditos a receber	(1.155)	(1.082)
Despesa antecipada	-	(300)
Depósitos judiciais	747	(2.630)
Fornecedores	(7.672)	(27.100)
Depósitos e retenções contratuais	(3)	(6)
Tributos a recolher	824	(18.127)
Consignações a recolher	(825)	(1.193)
Salários e encargos sociais a pagar	10.720	2.394
PPP e Outras contas a pagar	59.432	(82)
Provisões para contingências	14	-
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais	<u>106.569</u>	<u>15.924</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Ativo Imobilizado	(6.611)	(1.310)
Ativo de contratos e Intangível	(148.800)	(37.500)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	<u>(155.411)</u>	<u>(38.810)</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Ingresso de empréstimos e financiamentos	34.206	222.179
Amortização de empréstimos e financiamentos	(58.029)	(33.802)
Amortização de juros de empréstimos e financiamentos	(27.903)	(26.819)
Arrendamento	(2.485)	(4.660)
Ingressos de adiantamentos para aumento de capital	39.518	9.659
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento	<u>(14.693)</u>	<u>166.557</u>
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>(63.535)</u>	<u>143.671</u>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	254.905	248.579
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	191.370	392.250
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>(63.535)</u>	<u>143.671</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA

Demonstrações dos valores adicionados

Para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	01/01/2025 a 31/03/2025	01/01/2024 a 31/03/2024
Receitas		
Água, esgoto e serviços	638.897	637.369
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(83.861)	(54.634)
Cancelamento	(4.759)	(6.217)
Outros	156	4.746
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais consumidos	(35.143)	(28.421)
Energia	(81.283)	(82.378)
Serviços de terceiros	(191.936)	(178.579)
Outros	(20.247)	(24.458)
Valor adicionado bruto	221.824	267.428
Retenções		
Depreciação e amortização	(34.514)	(30.410)
Valor adicionado líquido produzido	187.310	237.018
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	17.608	21.726
Aluguéis	371	341
Valor adicionado total a distribuir	205.289	259.085
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	95.980	122.943
Remuneração direta	57.892	71.911
Benefícios	33.637	32.437
FGTS	4.451	18.595
Tributos	47.570	51.823
Federais	43.548	47.870
Estaduais	3.635	3.278
Municipais	387	675
Remuneração de capitais de terceiros	26.445	29.431
Juros	26.255	29.197
Aluguéis	190	234
Remuneração de capitais próprios	35.294	54.888
Juros Sobre o Capital Próprio - JCP	-	-
Resultados retidos	35.294	54.888
Total distribuído	205.289	259.085

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

1. Informações Gerais

A Companhia Pernambucana de Saneamento – COMPESA (“Companhia” ou “Compesa”), sediada Av. Cruz Cabugá, 1387 - Santo Amaro, Recife - PE, é uma sociedade de economia mista de capital fechado controlada pelo Governo do Estado de Pernambuco. Instituída pela Lei Estadual nº 6.307, de 29 de julho de 1971, tem por objetivo social, mediante delegação do Estado de Pernambuco e seus municípios, a exploração de serviços de saneamento básico, principalmente a distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, sendo tais serviços regulados pela Agência Reguladora de Pernambuco - ARPE.

A Companhia colabora com órgãos e entidades federais, estaduais e municipais em assuntos pertinentes ao desenvolvimento de seus objetivos básicos. Além disso, promove a realização de estudos, projetos e execução de obras relativas a novas instalações, ampliações de redes de distribuição de água e redes de coleta e tratamento de esgoto sanitário.

1.1 Contexto Operacional

A Compesa explora, por meio de concessões municipais, a prestação do serviço de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto em 173 dos 185 municípios do Estado de Pernambuco, incluído nesses o distrito de Fernando de Noronha.

A prestação de serviços foi regionalizada, através de criação de duas microrregiões: Sertão e RMR – Pajeú. Na microrregião do Sertão, existem 23 concessões operando com contratos com prazo de validade definido até 31 de dezembro 2050 e uma concessão está sendo executada sem contrato (Santa Cruz da Baixa Verde). Na microrregião do RMR – Pajeú, existem 137 concessões operando com contratos com prazo de validade definido até 31 de dezembro 2050 e 12 estão sendo executadas por meio Contrato de Prestação Regionalizada (Barreiros, Caruaru, Chã de Alegria, Fernando de Noronha, Jatobá, Lagoa do Carro, Nazaré da Mata, Pedra, Ribeirão, Santa Cruz, São Vicente Ferrer, Tamandaré).

O quadro a seguir evidencia a situação das concessões atualmente operadas pela Compesa e o faturamento do período a elas vinculado:

	QUANTIDADE DE CONTRATOS	FATURAMENTO 31/03/2025 (*)	%
Microrregião Sertão	24	66.536	10,49%
Até 31/12/2050	23	66.181	10,44%
Operado sem contrato	1	355	0,06%
Microrregião RMR-Pajeú	149	567.602	89,51%
RMR - Até 31/12/2050	14	344.061	54,26%
Outros - Até 31/12/2050	123	169.125	26,67%
Contrato de Prestação Regionalizada - até 31/12/2033	12	54.416	8,58%
TOTAL	173	634.138	100%

(*) Refere-se ao faturamento, deduzidos os cancelamentos e as receitas de construção (nota 26).



2. Apresentação das Demonstrações contábeis

2.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as Leis 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09, refletindo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil. Essas práticas incluem a legislação societária brasileira, bem como os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A autorização para a emissão das Demonstrações Contábeis Intermediárias foi concedida pela Administração da Companhia em 17 de junho de 2025.

2.2 Continuidade Operacional

A Administração da Companhia tem implementado um planejamento estratégico e ações voltadas para a sustentabilidade de seus negócios, avaliando que possui os recursos necessários para garantir a continuidade de suas operações. Além disso, a Administração não tem conhecimento de qualquer incerteza relevante que possa comprometer a continuidade operacional da Companhia. Portanto, as demonstrações contábeis foram elaboradas levando em consideração este pressuposto.

2.3 Base de Mensuração e Apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, e os ativos financeiros foram mensurados ao valor justo. Além disso, determinadas classes de ativos e passivos, tanto circulantes quanto não circulantes, foram consideradas de acordo com o que está apresentado nas respectivas notas explicativas.

2.4 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis, incluindo os constantes nas notas explicativas, estão expressos em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto quando indicado de outra forma.

3. Principais práticas contábeis

Conforme as orientações do Comitê Internacional de Normas Contábeis (IASB), as principais práticas contábeis e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações contábeis do trimestre encerrado em 31 de março de 2025 são consistentes com as práticas descritas na Nota Explicativa 3 das demonstrações contábeis da Companhia do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

3.1 Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de março de 2025

As emissões/alterações de normas International Accounting Standards Board (“IFRS”) efetuadas pelo IASB que são efetivas para os períodos ou exercícios iniciados em 2024 não tiveram impactos nas Demonstrações Contábeis da Companhia. Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2025 ou após, e a Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Contábeis da adoção destas normas:



- Alteração da norma IAS 21 – Falta de conversibilidade: esclarece aspectos relacionados ao tratamento contábil e divulgação quando uma moeda tiver falta de conversibilidade em outra moeda. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis;
- Emissão da norma IFRS 18 – Apresentação e divulgação das demonstrações contábeis: estabelece os requerimentos para apresentação e divulgação do propósito geral das demonstrações financeiras para assegurar que sejam fornecidas informações relevantes que representem fielmente os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º janeiro de 2027. A Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Contábeis da adoção desta norma;
- Alteração das normas IFRS 9 e IFRS 7 – Alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros: esclarece aspectos relacionados a classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Esta alteração nas normas é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2026. A Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Contábeis da adoção desta norma; e
- Melhorias anuais nas normas IFRS: efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção relacionados a contabilidade de hedge; IFRS 7, abordando aspectos de ganhos e perdas na reversão de um instrumento financeiro, divulgações de risco de crédito e diferença entre valor justo e preço da transação; IFRS 9, abordando aspectos relacionados a reversão de passivos de arrendamento mercantil e preço de transação; IFRS 10, abordando a determinação do “de facto agent” e IAS 7, abordando aspectos relacionados ao método de custo. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2026. A Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Contábeis da adoção desta norma.

4. Gestão de Riscos

4.1 Gestão do Risco Operacional

A Companhia tem como objeto social principal a prestação de serviços públicos de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário no Estado de Pernambuco. A execução dessas atividades requer significativas infraestruturas e instalações operacionais para captação, tratamento e distribuição de água, bem como para coleta, transporte, tratamento e disposição final de esgoto sanitário, incluindo a possibilidade de produção de água de reuso.

A continuidade e os resultados operacionais da Companhia estão intrinsecamente ligados à manutenção e termos das concessões municipais para a prestação dos serviços. Historicamente, os contratos mantidos com os municípios apresentavam prazos e condições diversas.

Com a promulgação da Lei Federal nº 14.026/2020 (Novo Marco Legal do Saneamento), estabeleceu-se um novo regime para o setor, exigindo a adequação dos contratos existentes. A referida lei determina, entre outros pontos:

- (i) A obrigatoriedade de formalização contratual que inclua metas de universalização, visando garantir o atendimento de 99% da população com água potável e 90% da população com coleta e tratamento de esgoto até 31 de dezembro de 2033.



- (ii) O estabelecimento de metas progressivas de redução de perdas na distribuição de água, melhoria da eficiência energética e garantia da qualidade e intermitência dos serviços.
- (iii) A regionalização da prestação dos serviços por meio da adesão dos municípios a Microrregiões de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário (MRAEs) ou Unidades Regionais de Saneamento Básico (URSBs).

Em conformidade com as diretrizes da Lei nº 14.026/2020, a Compesa procedeu à renegociação e aditamento de seus contratos:

- a) Foram firmados termos de atualização dos Contratos de Prestação Regionalizada dos Serviços com 149 municípios pertencentes à MRAE RMR-Pajeú e 24 municípios da MRAE Sertão. Como parte do processo de reequilíbrio econômico-financeiro, decorrente da adesão à prestação regionalizada e da necessidade de cumprimento das novas metas, o prazo de vigência destes contratos foi estendido até 31 de dezembro de 2050.
- b) Em 5 de abril de 2023, com base no Decreto Estadual nº 1.466/2023, a Compesa celebrou contratos de prestação regionalizada com os municípios de Barreiros, Caruaru, Chã de Alegria, Jatobá, Lagoa do Carro, Nazaré da Mata, Pedra, Ribeirão, Santa Cruz da Baixa Verde, São Vicente Férrer, Tamandaré e com o Distrito Estadual de Fernando de Noronha. A vigência destes contratos específicos encerra-se em 31 de dezembro de 2033, alinhada ao prazo de universalização estabelecido pelo Novo Marco Legal.
- c) A Compesa presta serviços de abastecimento de água no município de Santa Cruz sem formalização contratual nos moldes atuais. A regularização desta prestação dos serviços neste município está pendente de deliberação no âmbito da Microrregião do Sertão.

A Lei nº 14.026/2020, em seu Artigo 42, estabelece que os investimentos realizados pelos prestadores em bens reversíveis (ativos indispensáveis à continuidade da prestação dos serviços ao término da concessão) constituirão créditos perante o titular do serviço (poder concedente). A efetiva transferência da prestação de serviços a outro operador está condicionada à indenização dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados, conforme normas regulamentares e contratuais aplicáveis. Tal dispositivo visa assegurar o ressarcimento dos investimentos realizados pela Companhia, mesmo em cenários de término ou alteração da titularidade da concessão. A Administração avalia continuamente os saldos e a recuperabilidade desses ativos.

4.2 Risco de Crédito

Advém da possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de caixas e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e outros depósitos em instituições financeiras, ou de clientes, nos casos de não cumprimento de suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de contas a receber de clientes, bem como da existência de ativos atuariais advindos dos planos de benefícios pós-emprego (COMPESAPREV, COMPESASAÚDE e PIA) não realizáveis.

Para atenuar o risco de operações com instituições financeiras, a Companhia segue a política de aplicar seus excedentes de caixa em aplicações financeiras de instituições conceituadas no mercado brasileiro, sempre buscando aplicações de baixo risco.



No que se refere ao risco de créditos com seus clientes, a exposição da Companhia é influenciada, em grande parte, pelas características individuais de cada cliente (privado e público), além da sua condição social. Como a Companhia possui uma carteira de clientes bastante pulverizada, atualmente seu risco de crédito está substancialmente representado por clientes com problemas de cadastro, que impossibilitam a Companhia de utilizar as ferramentas de inserção do devedor no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) ou na Serasa, como forma de promover a recuperação do valor (crédito). A Diretoria de Mercado e Parcerias (DMP), responsável pela gestão de risco de crédito, promove a atualização do seu cadastro de clientes, mantém contratos de prestação de serviço com a CDL (SPC) e a Serasa, implantou o procedimento de cobrança por meio de protestos da dívida de cliente em Cartórios e revisa periodicamente sua política de cobrança no intuito de promover a redução da inadimplência de clientes privados.

O risco de não realização dos ativos atuariais com a COMPESAPREV decorre da existência de passivos financeiros da COMPESAPREV com a Compesa, bem como da inexistência na COMPESAPREV de reserva especial em favor da empresa patrocinadora, conforme previsto na Resolução CGPC 26/2008 emitida pela PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar, para fazer em face deste ressarcimento. Com o objetivo de mitigar esse risco, anualmente são reavaliadas as taxas de contribuição dos participantes, bem como da patrocinadora do Plano (Compesa).

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do risco de crédito, que na data das demonstrações contábeis intermediárias foi:

Ativos financeiros não derivativos	31/03/2025	31/12/2024
Caixa e equivalente de caixa	191.370	254.905
Contas a receber de clientes	862.573	871.753
Créditos de convênios e outros investimentos	178.441	178.190
Outros créditos a receber	2.703	1.548
	1.235.087	1.306.396

O vencimento dos recebíveis na data das demonstrações contábeis intermediárias era:

Ativos financeiros não derivativos	31/03/2025	31/12/2024
Não vencidos	650.101	730.929
Vencidos de 0 a 30 dias	69.432	75.151
Vencidos de 31 a 60 dias	43.459	41.603
Vencidos de 61 a 90 dias	36.298	35.057
Mais de 90 dias	435.797	423.656
	1.235.087	1.306.396

4.3 Risco de Liquidez

Baseia-se nas dificuldades que a Companhia eventualmente poderá enfrentar para cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. Nesse sentido, o gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos e investimentos, reduzindo riscos de liquidez.

Além disso, a Companhia possui a prática de acompanhar o atendimento dos *Covenants* definidos nos contratos de empréstimos junto ao Banco do Brasil, Santander, Caixa Econômica Federal e ao consórcio Banco ABC e Banco Votorantim.



A seguir, está a maturidade dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

Passivos Financeiros não derivativos	31/03/2025	31/12/2024
Empréstimos e financiamentos	760.508	812.126
Fornecedores	161.242	168.913
Outras contas a pagar, PPP (PNC) e JCP (PNC)	2.038.953	2.022.584
Consignações a recolher	4.520	5.345
	2.965.223	3.008.968

*PNC – Passivo Não Circulante

Na tabela a seguir estão as maturidades contratuais de passivos financeiros:

Passivos financeiros não derivados	Valor contábil	Fluxo de Caixa contratual	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Empréstimos e financiamentos bancários	760.508	760.508	109.070	111.596	190.750	178.142	170.950
Fornecedores	161.242	161.242	80.621	80.621	-	-	-
Outras contas a pagar, PPP (PNC) e JCP (PNC)	2.038.953	2.038.953	347	110.156	694	512	1.927.244
Consignações a recolher	4.520	4.520	4.520	-	-	-	-
	2.965.223	2.965.223	194.558	302.373	191.444	178.654	2.098.194

4.4 Risco de Taxa de Juros

Esse risco é proveniente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas aos empréstimos e financiamentos ou diminuam as receitas financeiras relativas as aplicações financeiras. A Companhia considera sua exposição de risco baixa, em decorrência das dívidas (empréstimos e financiamentos) serem indexadas à Taxa de Certificado de Depósito Interbancário (CDI+ taxa fixa). As aplicações financeiras estão sendo remuneradas à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Na data das demonstrações contábeis intermediárias, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era o seguinte:

	31/03/2025	31/12/2024
Instrumentos de taxa fixa		
Ativos financeiros	1.235.087	1.306.396
Passivos financeiros	2.204.715	2.196.842
(a)	(969.628)	(890.446)
Instrumentos de taxa variável		
Ativos financeiros	172.183	236.747
Passivos financeiros	760.508	812.126
(b)	(588.325)	(575.379)
(a-b)	(381.303)	(315.067)

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa fixa

A Companhia considera que os ativos e passivos financeiros remunerados à taxa fixa refletem o valor de mercado, uma vez que o valor justo reflete o valor faturado ao cliente (contas a receber de clientes) ou devido a terceiros (outras contas a receber e Créditos - Convênios).



	31/03/2025		31/12/2024	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Instrumentos de taxa fixa				
Ativos financeiros	1.235.087	1.235.087	1.306.396	1.306.396
Passivos financeiros	2.204.715	2.204.715	2.196.842	2.196.842
(a)	(969.628)	(969.628)	(890.446)	(890.446)
Instrumentos de taxa variável				
Ativos financeiros	172.183	172.183	236.747	236.747
Passivos financeiros	760.508	760.508	812.126	812.126
(b)	(588.325)	(588.325)	(575.379)	(575.379)
(a - b)	(381.303)	(381.303)	(315.067)	(315.067)

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

Política Contábil:

Incluem o caixa, os depósitos bancários e as aplicações financeiras que são demonstradas ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos de acordo com as taxas pactuadas com as instituições financeiras, calculadas pró rata die e apropriadas mensalmente. Uma aplicação financeira se qualifica como equivalente de caixa quando possui características de conversibilidade imediata com o próprio emissor em um montante conhecido de caixa e não está sujeita a risco de mudança significativa de valor.

Composição dos valores:

Caixa e equivalentes de caixa	31/03/2025	31/12/2024
Depósitos bancários vinculados	19.826	18.780
Aplicações financeiras	171.544	236.125
	191.370	254.905
Tipo de Aplicação Financeira	31/03/2025	31/03/2025
Fundos de Investimento	137.148	162.372
CDB	34.396	73.753
	171.544	236.125

As aplicações financeiras são de curto prazo e de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se, substancialmente, a aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e Fundos de Investimentos em Renda Fixa. Em 31 de março de 2025, o saldo de Aplicações Financeiras representa as transações de curto prazo, oriundas de empréstimos captados para investimento, capital de giro e aportes recebidos pelo Governo do Estado de Pernambuco, para obras em andamento ou ainda não iniciadas pela Companhia.

Algumas associações podem ser estabelecidas a partir dos valores dispostos no Caixa e Equivalentes de Caixa da Companhia. A primeira delas diz respeito a relação destes com os Passivos de Curto e Longo e Prazo da Compesa, possibilitando assim o conhecimento sobre o montante da Dívida Líquida da Empresa. Nesse sentido, informa-se que:



	31/03/2025	31/12/2024
Total dos passivos	3.593.957	3.616.557
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(191.370)	(254.905)
Dívida Líquida = (A)	3.402.587	3.361.652
Total do Patrimônio Líquido = (B)	8.189.935	8.115.054
Relação Dívida Líquida sobre PL = (A/B)	0,42	0,41

A dívida líquida da companhia (A) em março de 2025 é de R\$ 3.402.587 (R\$ 3.361.652 em dezembro de 2024). Por outro lado, o montante do Patrimônio Líquido (B) corresponde a R\$ 8.189.935 (R\$ 8.115.054 em dezembro de 2024). Confrontando-se o total do PL da Companhia com sua dívida líquida obtém-se um índice de 0,42 ou 42% (0,41 ou 41% em dezembro de 2024). Este índice significa que a dívida líquida da empresa corresponde a 42% do seu patrimônio líquido, o que pode ser considerado um nível moderado de endividamento.

Outra informação que se pode obter provém da relação do montante de Caixa e Equivalentes de Caixa da Companhia com o Total dos Passivos Circulantes, conforme observado a seguir:

	31/03/2025	31/12/2024
Caixa e Equivalentes de Caixa = (A)	191.370	254.905
Total do Passivo Circulante = (B)	797.429	797.770
Indicador de Liquidez Imediata = A/B	0,24	0,32

O valor correspondente ao Caixa e Equivalente de Caixa (A) confrontado com o Passivo Circulante da Companhia (B), fornece o indicador de Liquidez Imediata, que em março de 2025 foi de 0,24 (0,32 em dezembro de 2024). Esse índice significa que, em março de 2025, contando-se apenas com o valor das disponibilidades, sem considerar mais nenhum outro recurso econômico, a Companhia consegue liquidar cerca de 24% (32% em dezembro de 2024) de suas obrigações de curto prazo.

6. Contas a Receber de Clientes

Política Contábil:

Clientes: O valor contabilizado neste grupo inclui as receitas de serviços decorrentes da distribuição de água e tratamento de esgoto sanitário medidos e faturados, ainda não recebidos e aquelas que ainda não foram faturadas, mas foram contabilizadas por estimativas pelo regime de competência, conforme o consumo estimado entre a data da última leitura e o final de cada mês, tendo por base o consumo médio de cada cliente.

Perdas Por créditos não liquidados: De acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros e considerando a política de recuperação de créditos atualmente adotada pela Companhia, a qual contempla a interrupção dos serviços prestados aos clientes inadimplentes, a provisão incorrida é constituída com base nos valores a receber de consumidores residenciais, comerciais, industriais e Poder Público Federal vencidos há mais de 180 dias e que não estejam judicializados. A Companhia não constitui provisão para perdas na realização de créditos do Poder Público Estadual, devido o mesmo ser parte relacionada controladora e possui histórico de regularização de débitos.

As perdas por créditos não liquidados que foram contabilizadas são baixadas quando atingido o prazo prescricional (10 anos), quando não judicializadas.



Composição dos valores do Contas a Receber:

	31/03/2025			31/12/2024		
	Não			Não		
	Circulante	Circulante	Total	Circulante	Circulante	Total
Particulares	2.014.358	-	2.014.358	1.979.303	-	1.979.303
Perdas por créditos não liquidados	(1.340.863)	-	(1.340.863)	(1.279.002)	-	(1.279.002)
Órgãos públicos	95.928	-	95.928	94.513	-	94.513
Outros Créditos (a)	39.775	-	39.775	22.819	-	22.819
	809.198	-	809.198	817.633	-	817.633
Parcelamentos (b)	29.226	14.361	43.587	28.962	14.949	43.911
Financiamentos (c)	3.981	5.807	9.788	4.283	5.926	10.209
	33.207	20.168	53.375	33.245	20.875	54.120
	842.405	20.168	862.573	850.878	20.875	871.753

	31/03/2025	31/12/2024
A vencer:		
Faturas de água e esgoto	224.212	242.165
Parcelamentos (b)	43.587	43.911
Financiamentos (c)	9.788	10.210
	277.587	296.286
Vencidas:		
Até 30 dias	69.432	75.151
De 31 a 60 dias	43.459	41.603
De 61 a 90 dias	36.298	35.057
De 91 a 180 dias	96.930	94.748
Mais de 180 dias	338.867	328.908
	584.986	575.467
Total do circulante e não circulante	862.573	871.753

a) Outros Créditos: refere-se a créditos a realizar para os clientes, recebimentos não identificados, arrecadação a discriminar e clientes a faturar;

b) Parcelamentos decorrentes de acordos realizados pela área comercial da Companhia sobre o saldo devedor de faturas de contas a receber de clientes em atraso;

c) Financiamentos decorrentes de ressarcimento dos custos incorridos pela Companhia na construção de ramais para possibilitar a conexão de clientes (empresa ou condomínio) à rede de abastecimento de água e/ou de esgoto, os quais são responsabilidade destes.

Composição das restrições contratuais:

Parte dos valores do Contas a Receber foi dado em garantia de empréstimos e direitos creditórios, conforme segue:

	31/03/2025	31/12/2024
Banco do Brasil III (BB 50)	2.300	2.300
Banco do Brasil IV (BB 100)	5.208	5.208
Banco do Brasil V (BB 100)	5.208	5.208
Banco do Brasil VI (BB 250)	13.021	13.021
Banco ABC (ABC 82)	5.300	5.300
Banco Votorantim	7.000	7.000
Santander (SANT 220)	25.000	25.000
IN-14	58.246	57.796
IN-22	992	818
	122.275	121.651



7. Estoques

Política Contábil:

Os estoques são formados principalmente por materiais de operação e manutenção das redes de água e esgoto, bem como de materiais de tratamento químico utilizados na prestação de serviço de coleta e distribuição de água e tratamento do esgoto sanitário, os quais são registrados no Ativo Circulante por seus custos médios de aquisição.

O custo dos estoques pode não ser recuperável se estes estiverem danificados, com data de validade vencida ou se tornarem total ou parcialmente obsoletos. A prática de reduzir o valor de custo dos estoques para o valor realizável líquido é consistente com o ponto de vista de que tais ativos não devem ser escriturados por quantias superiores àquelas que se espera que sejam realizadas pelo uso pretendido. A Companhia verifica a cada período de encerramento das Demonstrações Contábeis se existe a necessidade do reconhecimento de perdas pela não realização dos estoques.

Composição dos valores:

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Material de tratamento químico	4.217	6.108
Material de operação e manutenção	9.999	7.590
Outros materiais	676	584
	<u>14.892</u>	<u>14.282</u>

Os estoques representam uma das contas menos líquidas do Ativo Circulante. Nesse sentido, informa-se que:

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Total do Ativo Circulante = (A)	1.133.576	1.201.034
Menos: Total dos Estoques = (B)	(14.892)	(14.282)
Ativo Circulante Ajustado C = (A-B)	<u>1.118.684</u>	<u>1.186.752</u>
Total do Passivo Circulante = (D)	<u>797.429</u>	<u>797.770</u>
Indicador de Liquidez Seca = C/D	<u>1,40</u>	<u>1,49</u>

O Ativo Circulante Ajustado da Companhia (C) corresponde ao total do Ativo Circulante (A) deduzido dos seus Estoques (B). Em 31/03/2025 esse valor corresponde a R\$ 1.118.684 (R\$ 1.186.752 em 31/12/2024). Esse montante, confrontado com o Passivo Circulante da Companhia, fornece o indicador de Liquidez Seca, que foi de 1,40 em 31/03/2025 (1,49 em 31/12/2024), significando que o valor dos recursos econômicos da Companhia no curto prazo, descontando-se os estoques, correspondem a cerca de 40% a mais que os valores das dívidas correntes no mesmo período.

8. Ativo Fiscal Corrente e Diferido

Política Contábil:

Os Ativos Fiscais Correntes correspondem ao valor do tributo recuperável sobre o lucro tributável (prejuízo fiscal) do período, demonstrados ao custo histórico.

Os Ativos Fiscais Diferidos correspondem aos valores dos tributos a recuperar em exercícios futuros sobre lucros com relação a diferenças temporárias dedutíveis e a compensação futura de prejuízos fiscais não utilizados, observando a base de cálculo de cada tributo. Os referidos ativos são demonstrados ao custo histórico e podem ser visualizados a seguir:



	31/03/2025		31/12/2024	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Corrente				
Imposto de renda a recuperar	5.903	-	5.850	-
Contribuição social sobre o lucro líquido a recuperar	29.985	-	27.652	-
COFINS a recuperar	5.888	-	5.697	-
PIS a recuperar	1.571	-	1.530	-
INSS a recuperar	812	-	812	-
Outros	4.549	-	4.547	-
	48.708	-	46.088	-
IRPJ (a)	-	18.983	-	18.983
CSLL diferido (b)	-	5.200	-	5.200
	48.708	24.183	46.088	24.183

- a) A companhia detém imunidade tributária recíproca sobre impostos que incidem sobre o Patrimônio e a Renda.
- b) A contribuição social diferida é decorrente dos ajustes de provisão atuarial, incidente sobre os ganhos e perdas atuariais, após a adoção do CPC 33 (R1).

9. Convênios e Outros investimentos

Política Contábil:

Os depósitos vinculados representam depósitos efetuados pela empresa para garantia de contratos comerciais ou de natureza judicial. Os convênios referem-se a direitos/obrigações contraídas, relativas a convênios celebrados com entidades Municipais, Estaduais e Federais.

Os referidos ativos, pela sua natureza, são demonstrados ao custo histórico atualizados, subsequentemente, por novas informações que podem vir a impactar seu valor.

Composição de valores:

	31/03/2025	31/12/2023
Ativo Circulante		
Pessoal a disposição outros órgãos	30.435	30.270
Ativo Não Circulante		
<u>Convênios Federais</u>	<u>2.155</u>	<u>2.155</u>
<i>CPRM - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais</i>	2.155	2.155
<u>Convênios Estaduais</u>	<u>5.873</u>	<u>5.873</u>
<i>Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco</i>	1.913	1.913
<i>Reintegra Brasil AS</i>	2.890	2.890
<i>Outros</i>	1.070	1.070
<u>Convênios Municipais</u>	<u>138.673</u>	<u>138.673</u>
<i>Prefeitura do Recife – FMSAN</i>	135.323	135.323
<i>Prefeitura de Petrolina</i>	3.287	3.287
<i>Outros</i>	63	63
Aplicações financeiras - Garantia banco	639	622
Títulos, valores mobiliários e outros	666	597
	148.006	147.920



10. Outros Créditos a Receber

Política Contábil:

O saldo de outros créditos a receber é composto, principalmente, por adiantamento a fornecedores, e estão demonstrados pelo custo histórico, conforme demonstrado abaixo:

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Adiantamentos a fornecedores	484	487
Adiantamento 13º salário	1.171	-
Outras	1.048	1.061
	<u>2.703</u>	<u>1.548</u>

11. Ativo de Contratos

Política Contábil:

Conforme determinado pelo CPC 47 / IFRS 15 – Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos da Concessão, devem ser classificados como Ativo de Contrato durante o período de construção e transferidos para o Ativo Intangível somente após a conclusão das obras.

	<u>31/03/2025</u>				
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferência	Saldo final
Obras em andamento material para expansão	195.048	24.490	-	(11.212)	208.326
Obras em andamento material para automação	12.746	-	-	-	12.746
Obras em andamento material para plano de aplicação	860	448	(31)	(320)	957
Estoque de obras de concessão	96.235	177	-	-	96.412
	<u>304.889</u>	<u>25.115</u>	<u>(31)</u>	<u>(11.532)</u>	<u>318.441</u>
	<u>31/12/2024</u>				
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferência	Saldo final
Obras em andamento material para expansão	166.130	47.007	-	(18.089)	195.048
Obras em andamento material para automação	12.746	-	-	-	12.746
Obras em andamento material para plano de aplicação	613	1.417	-	(1.170)	860
Estoque de obras de concessão	99.326	7.342	-	(10.433)	96.235
	<u>278.815</u>	<u>55.766</u>	<u>-</u>	<u>(29.692)</u>	<u>304.889</u>

12. Imobilizado

Política Contábil:

Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, os juros e demais encargos financeiros relacionados aos financiamentos destes imobilizado e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, acrescidos dos custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicável.



Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil líquido do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação dos ativos é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação à vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método reflete o padrão de consumo de benefícios econômico futuros incorporados no ativo. Os métodos de depreciação, a vida útil e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis de forma prospectiva.

Composição dos valores – Imobilizado

	31/03/2025			31/12/2024		
	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Máquinas, aparelhos e equipamentos	62.254	(28.018)	34.236	60.601	(27.106)	33.495
Computadores e periféricos	29.054	(22.273)	6.781	28.728	(21.903)	6.825
Telefonia e comunicação	2.052	(1.726)	326	2.052	(1.713)	339
Equipamentos Eletromecânicos	3.293	(300)	2.993	3.279	(260)	3.019
Ferramentas de manutenção	202	(174)	28	202	(173)	29
Bens de segurança	147	(139)	8	147	(138)	9
Eletrodoméstico	1.227	(1.065)	162	1.227	(1.063)	164
Móveis e utensílios	9.691	(6.497)	3.194	9.659	(6.388)	3.271
Veículos	3.919	(1.194)	2.725	3.919	(1.113)	2.806
Edificações	89.583	(7.917)	81.666	89.258	(7.619)	81.639
Terrenos	2.253	-	2.253	2.253	-	2.253
Direito de Uso - Contratos de Arrendamento	59.836	(39.307)	20.529	61.784	(39.200)	22.584
Bens sem tombamento	3.449	-	3.449	3.449	-	3.449
Outros	113	(1)	112	113	(1)	112
Total	267.073	(108.611)	158.462	266.671	(106.677)	159.994

Composição dos valores – Movimentação Imobilizado

	31/03/2025				
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferência	Saldo final
Máquinas, aparelhos e equipamentos	60.601	-	-	1.653	62.254
Computadores e periféricos	28.728	-	-	326	29.054
Telefonia e comunicação	2.052	-	-	-	2.052
Equipamentos Eletromecânicos	3.279	-	-	14	3.293
Ferramentas de manutenção	202	-	-	-	202
Bens de segurança	147	-	-	-	147
Eletrodoméstico	1.227	-	-	-	1.227
Móveis e utensílios	9.659	-	-	32	9.691
Veículos	3.919	-	-	-	3.919
Edificações	89.258	-	-	325	89.583
Terrenos	2.253	-	-	-	2.253
Direito de Uso - Contratos de Arrendamento	61.784	4.288	(6.236)	-	59.836
Bens sem tombamento	3.449	-	-	-	3.449
Outros	113	-	-	-	113
Total	266.671	4.288	(6.236)	2.350	267.073



Composição dos valores – Movimentação da Depreciação

	Tx% a.a.	31/03/2025				Saldo final
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferência	
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10	(27.106)	(912)	-	-	(28.018)
Computadores e periféricos	20	(21.903)	(370)	-	-	(22.273)
Telefonia e comunicação	20	(1.713)	(13)	-	-	(1.726)
Equipamentos Eletromecânicos	20	(260)	(40)	-	-	(300)
Ferramentas de manutenção	20	(173)	(1)	-	-	(174)
Bens de segurança	20	(138)	(1)	-	-	(139)
Eletrodoméstico	10	(1.063)	(9)	-	7	(1.065)
Móveis e utensílios	10	(6.388)	(109)	-	-	(6.497)
Veículos	10	(1.113)	(81)	-	-	(1.194)
Edificações	2	(7.619)	(298)	-	-	(7.917)
Direito de Uso - Contratos de Arrendamento		(39.200)	(108)	-	-	(39.308)
		(106.676)	(1.942)	-	7	(108.611)

13.Intangível

Política Contábil:

Contratos de concessão de serviços: O modelo de concessão celebrado entre Compesa e os municípios do Estado de Pernambuco estabelece que a Companhia tem o direito de operar a infraestrutura concedida e, por outro lado, os usuários dos serviços (consumidores finais) têm a responsabilidade de pagar pelos serviços oferecidos. De acordo com o ICPC 01, nesta modalidade de concessão, os ativos relativos à operação da concessão, sejam eles preexistentes ou posteriormente construídos, são contabilizados como intangíveis, os quais são mensurados pelo seu valor justo no momento inicial, incluindo os custos de empréstimo capitalizados. Posteriormente, tais ativos são deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas (quando existentes).

A amortização dos intangíveis vinculados aos Contratos de Concessão é calculada com base na sua vida útil econômica e a amortização dos bens vinculados aos Contratos de Programas é calculada pelos prazos de vigência dos contratos ou pela vida útil econômica dos bens componentes da infraestrutura para prestação dos serviços públicos, dos dois o menor.

Contratos de concessões – PPP: A Compesa e a BRK Ambiental Participações S.A. (BRK Ambiental) assinaram um contrato de Parceria Público-Privada (PPP) para levar os serviços de esgotamento sanitário para 14 municípios da Região Metropolitana do Recife e para a cidade de Goiana. O contrato de prestação de serviços tem prazo de 35 anos, com o propósito de implantação de 9.000 km de redes de esgoto, beneficiando 3,7 milhões de pessoas e aumentando a cobertura de esgoto na região de 30% para 90% até 2037. A operação da PPP teve início em julho de 2013.

Capitalização de Juros e Encargos Financeiros: Os juros e demais encargos financeiros relacionados a financiamentos do intangível em andamento são apropriados ao custo destes até a conclusão da construção e/ou instalação do bem. Após esse período, os referidos encargos são apropriados como despesa financeira.



De janeiro a dezembro de 2024, foram capitalizados juros e demais encargos financeiros incorridos sobre os empréstimos que financiaram os projetos e obras da Companhia, no montante de R\$ 12.490 (R\$ 11.683 de janeiro a dezembro de 2023).

Outros ativos intangíveis: Os demais ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros que têm vidas úteis finitas e são mensurados pelo custo total de aquisição, deduzido da despesa de amortização e das perdas por redução do valor recuperável acumuladas. A amortização é calculada sobre o custo de um ativo ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual, quando este está disponível para o uso.

Composição dos valores – Intangível

	31/03/2025			31/12/2024		
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Contratos de concessões	8.590.397	(1.127.142)	7.463.255	8.514.313	(1.104.961)	7.409.352
Contratos de concessões - PPP	2.479.835	(80.328)	2.399.507	2.420.549	(76.222)	2.344.327
Direitos de uso de softwares	47.242	(7.091)	40.151	47.180	(7.034)	40.146
	11.117.474	(1.214.561)	9.902.913	10.982.042	(1.188.217)	9.793.825

Composição dos valores – Movimentação Intangível

	Taxes (a.a.%)	31/03/2025				
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferência	Saldo final
Contratos de concessões						
Custo		8.514.313	61.288	-	14.796	8.590.397
Amortização	2%	(1.104.961)	(22.174)	-	(7)	(1.127.142)
		7.409.352	39.114	-	14.789	7.463.255
Contratos de concessões - PPP						
Custo		2.420.549	59.286	-	-	2.479.835
Amortização	2%	(76.222)	(4.106)	-	-	(80.328)
		2.344.327	55.180	-	-	2.399.507
Softwares - direitos de uso						
Custo		47.180	62	-	-	47.242
Amortização	10%	(7.034)	(57)	-	-	(7.091)
		40.146	5	-	-	40.151
		9.793.825	94.299	-	14.789	9.902.913

14. Análise do Valor Recuperável de Ativos

Política Contábil:

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo, ou grupo de ativos (Unidade Geradora de Caixa), não é recuperável. Um ativo, ou grupo de ativos, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo, ou do grupo de ativos, que possa ser razoavelmente estimado.

As premissas utilizadas para o cálculo da irrecuperabilidade dos ativos são revistas anualmente, salvo se houver forte evidência em contrário, que requeira uma alteração. Diante do exposto, as premissas relativas ao período findo em 31/03/2025 são as mesmas que foram divulgadas no Relatório Financeiro de 31/12/2024 e, portanto, não existem perdas por irrecuperabilidade a serem contabilizadas.



15. Arrendamento Mercantil

Política Contábil:

Passivos de Arrendamento: Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos contratuais devidos ao arrendador durante o prazo do arrendamento, sendo a taxa de desconto determinada por meio de aplicação de taxa incremental sobre empréstimos contraídos pela Companhia. Os pagamentos variáveis de arrendamento são incluídos apenas na mensuração do passivo de arrendamento se estes forem indexados a um índice ou taxa. Nesses casos, a mensuração inicial do passivo de arrendamento assume que o elemento variável permanecerá inalterado durante todo o prazo do arrendamento. Outros pagamentos variáveis de arrendamento são registrados no período a que se referem.

No reconhecimento inicial, o valor contábil do passivo de arrendamento também inclui:

- Valores esperados a serem pagos sob qualquer garantia de valor residual;
- O preço de exercício de qualquer opção de compra concedida em favor da Companhia, se for razoavelmente certo avaliar essa opção; e
- Quaisquer penalidades a pagar pela rescisão do contrato de arrendamento, se o prazo do arrendamento tiver sido estimado com base na opção de rescisão sendo exercida.

As obrigações correspondentes aos arrendamentos mercantis, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas nos Passivos Circulante e Não Circulante de acordo com o prazo do contrato. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento são reconhecidos na Demonstração do Resultado em cada período durante o prazo do arrendamento.

Ativos de Arrendamento: Ativos de direito de uso decorrentes do contrato de arrendamento mercantil são inicialmente mensurados pelo valor presente do passivo de arrendamento, reduzidos por quaisquer incentivos de arrendamento recebidos e aumentados para:

- Pagamentos de arrendamento feitos no início ou antes do início do arrendamento;
- Custos diretos iniciais incorridos; e
- O valor de qualquer provisão reconhecida quando a Companhia é obrigada, por contrato, a desmontar, remover ou restaurar o ativo arrendado.

A seguir apresenta-se a composição e movimentação dos ativos e passivos de arrendamento:

31/03/2025						
ATIVO NÃO CIRCULANTE						
Arrendamento Mercantil	Saldo Inicial	Adição	Contrato Finalizado	Depreciação (-)	Atualização	Saldo Final
Ativo	61.785	4.253	(6.236)	-	34	59.836
Depreciação	(39.200)	-	6.236	(6.343)	-	(39.307)
	22.585	4.253	-	(6.343)	34	20.529



31/03/2025

PASSIVO CIRCULANTE							
Arrendamento Mercantil	Saldo Inicial	Adição	Término de Contrato	Transferência	Pagamento Passivo (-)	Atualização	Saldo Final
Passivo	20.184	5.008	-	62	(6.738)	-	18.516
Juros	(1.212)	(755)	-	322	395	34	(1.216)
	18.972	4.253	-	384	(6.343)	34	17.300

31/03/2025

PASSIVO NÃO CIRCULANTE							
Arrendamento Mercantil	Saldo Inicial	Adição	Término de Contrato	Transferência	Pagamento Passivo (-)	Atualização	Saldo Final
Passivo	3.951	-	-	(62)	-	-	3.889
Juros	(338)	-	-	(322)	-	-	(660)
	3.613	-	-	(384)	-	-	3.229

16. Empréstimos e Financiamentos

Política Contábil:

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado. Além disso, os empréstimos, financiamentos são classificados como passivo circulante, e as parcelas que ultrapassam 12 meses após a data do balanço são registradas no passivo não circulante.

a) Composição dos empréstimos e financiamentos:

	31/03/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Caixa Econômica Federal (IN 14) 0502.812-54 (a)	6.967	-	6.967
Caixa Econômica Federal (IN 14) 0502.805-62 (b)	65.881	-	65.881
Caixa Econômica Federal (IN 14) outros (c)	85.369	-	85.369
Caixa Econômica Federal (IN 22) 0521.443-89 (d)	683	16.664	17.347
Caixa Econômica Federal (IN 22) outros (e)	254	7.180	7.434
Banco do Brasil IV (BB 100) (g)	23.047	-	23.047
Banco do Brasil V (BB 100) (h)	25.135	18.750	43.885
Banco do Brasil VI (BB 250) (i)	63.463	67.708	131.171
Banco ABC (ABC 82) (j)	20.243	40.772	61.015
Banco Votorantim (BV 108) (k)	26.662	53.699	80.361
Banco Santander (SANT 220) (l)	55.992	155.833	211.825
New Development Bank (NDB US202) (m)	60	26.146	26.206
TOTAL	373.756	386.752	760.508

	31/12/2024		
	Circulante	Não Circulante	Total
Caixa Econômica Federal (IN 14) 0502.812-54 (a)	7.000	-	7.000
Caixa Econômica Federal (IN 14) 0502.805-62 (b)	66.194	-	66.194
Caixa Econômica Federal (IN 14) outros (c)	84.904	-	84.904
Caixa Econômica Federal (IN 22) 0521.443-89 (d)	670	16.774	17.444
Caixa Econômica Federal (IN 22) outros (e)	62	1.808	1.870
Banco do Brasil III (BB 50) (f)	2.120	-	2.120
Banco do Brasil IV (BB 100) (g)	25.156	4.167	29.323
Banco do Brasil V (BB 100) (h)	25.137	25.000	50.137
Banco do Brasil VI (BB 250) (i)	63.390	83.333	146.723
Banco ABC (ABC 82) (j)	21.928	45.843	67.771
Banco Votorantim (BV 108) (k)	28.881	60.379	89.260
Banco Santander (SANT 220) (l)	51.343	169.583	220.926
New Development Bank (NDB US202) (m)	258	28.196	28.454
TOTAL	377.043	435.083	812.126



- (a) Refere-se à Cédula de Crédito Bancário, emitida em 29/12/2017, no valor total de R\$ 14.040, destinada à implantação de adutora a partir da Estação de Tratamento de Água de Garanhuns para os municípios de Caetés e Capoeiras, dentro do Programa Saneamento para Todos – Público. Valor do Investimento: R\$ 15.600, sendo R\$ 1.560 de contrapartida da Compesa. Prazo de carência e desembolso: 48 meses. Prazo de amortização: 192 meses, contado a partir de janeiro/2022 (término da carência). Remuneração da Credora: 6% a.a., com uma taxa de administração de 2% a.a. e taxa de risco de crédito de 0,7% a.a. Foi oferecida como garantia, a cessão fiduciária de duplicatas na proporção de 35%;
- (b) Refere-se à Cédula de Crédito Bancário, emitida em 29/12/2017, no valor total de R\$ 73.800, destinada à implantação da Adutora do Alto Capibaribe, que beneficiará os municípios de Santa Cruz do Capibaribe, Taquaritinga do Norte, Santa Maria do Cambucá, Frei Miguelinho, Jataúba, Toritama, Vertente do Lério e Vertentes, dentro do Programa Saneamento para Todos – Público. Valor do Investimento: R\$ 82.000, sendo R\$ 8.200 de contrapartida da Compesa. Prazo de carência e desembolso: 48 meses. Prazo de amortização: 192 meses, contado a partir de janeiro/2021 (término da carência). Remuneração da Credora: 6% a.a., com uma taxa de administração de 2% a.a. e taxa de risco de crédito de 0,7% a.a. Foi oferecida como garantia, a cessão fiduciária de duplicatas na proporção de 35%;
- (c) Referem-se às Cédulas de Créditos Bancários, emitidas em 29/12/2017, nos valores de R\$ 50.580 (0502.791-07), R\$ 60.000 (0502.797-63), R\$ 35.000 (0502.798-77), R\$ 21.200 (0502.803-42), R\$ 14.700 (0502.813-68) e R\$ 22.400 (0502.840-91) destinadas a melhorias do sistema de água nos municípios de Jaboatão dos Guararapes/PE, Ipojuca/PE, Camaragibe/PE, morros da zona norte do Recife/PE, Garanhuns/PE e Gravatá/PE, todas dentro do Programa Saneamento para Todos – Público. Valor do Investimento: R\$ 209.500, sendo R\$ 20.950 de contrapartida da Compesa. Prazo de carência e desembolso: 48 meses. Prazo de amortização: 192 meses, contado a partir de janeiro/2022 (término da carência). Remuneração da Credora: 6% a.a., com uma taxa de administração de 2% a.a. e taxa de risco de crédito de 0,7% a.a. Foi oferecida como garantia, a cessão fiduciária de duplicatas na proporção de 35%.
- (d) Contrato de financiamento nº 0521.443-89, no valor de R\$ 29.697 destinado à implantação do Sistema Adutor do Eixo Leste para Custódia para atender a população estimada de trinta mil habitantes, na modalidade operacional Abastecimento de Água, totalizando um investimento de R\$ 31.260 com as seguintes características: contrapartida de R\$ 1.563 equivalente a 5% do valor do investimento; carência: 16 meses; término da carência: 11/12/2021; Desembolso: prazo de 12 meses; amortização: o prazo é de 240, contado a partir do término do período de carência; juros: 6% a.a;



- (e) Caixa IN22 refere-se Contrato de financiamento nº 0521.445-07, no valor de R\$ 37.000 destinado à implantação da 2ª etapa do projeto de Sistema de Esgotamento Sanitário Pina, Boa Viagem e Imbiribeira para atender a população estimada de cem mil habitantes, na modalidade operacional Esgotamento Sanitário, totalizando um investimento de R\$ 35.150, com as seguintes características: contrapartida de R\$ 1.850 equivalente a 5% do valor do investimento; carência: 22 meses, desembolso no prazo de 18 meses; amortização: o prazo é de 240 meses, contado a partir do término do período de carência, juros: 6% a.a; Adicionalmente, neste saldo possui o Contrato de financiamento nº 0521.444-93, no valor de R\$ 19.380 destinado à melhoria e implantação do Sistema de Abastecimento de Arcoverde para atender a população estimada de cinquenta mil e trezentos cinquenta e um habitantes, na modalidade operacional Abastecimento de Água totalizando um investimento de R\$ 20.400, com as seguintes características: contrapartida de R\$ 1.020 equivalente a 5% do valor do investimento; carência: 22 meses; desembolso no prazo de 18 meses; amortização: o prazo é de 240 meses, contado a partir do término do período de carência; juros: 6% a.a;
- (f) Cédula de Crédito Bancário nº 323.400.037, no valor de R\$ 50.000, vencimento em 23/02/2025 e comissão flat de 1% sobre o crédito concedido. Encargos Financeiros: taxa média do CDI acrescida de sobretaxa efetiva de 1,85 % a.a. Dia base para débito dos encargos: dia 23 de cada mês, no total de 48 parcelas. Vencimento primeira parcela: 23/03/2021. O valor do crédito deferido destina-se única e exclusivamente ao reforço de capital de giro, sendo vedado a aplicação em investimentos fixos;
- (g) Refere-se à Cédula de Crédito Bancário nº 323.400.038, emitida em 04/03/2021, no valor total de R\$ 100.000, destinada única e exclusivamente ao reforço do capital de giro. Prazo de carência e desembolso: 12 meses. Prazo de amortização: 48 meses, contado a partir de 15/03/2022 (término da carência). Comissão flat 1% sobre crédito concedido na data de liberação. Os encargos financeiros serão a taxa média de CDI acrescida de sobretaxa efetiva de 1,97% ao ano. Foi oferecido como garantia a cessão fiduciária de direitos creditórios representados em faturas de prestação de serviços de sua emissão, representativa dos direitos creditórios oriundos da prestação de serviços de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto, vencíveis a prazo em até 180 dias, desde que esse prazo não exceda o vencimento final deste Instrumento, em montante equivalente, no mínimo, a R\$ 5.208;
- (h) Refere-se à Cédula de Crédito Bancário nº 323.400.044, emitida em 08/12/2021, no valor total de R\$ 100.000, destinada única e exclusivamente ao reforço do capital de giro. Prazo de carência e desembolso: 12 meses. Prazo de amortização: 48 meses, contado a partir de 22/01/2023 (término da carência). Tarifa de 1% sobre crédito concedido, sendo: 0,7% de Comissão Flat, e 0,3% de Administração de Garantias. Os Encargos financeiros será a taxa média de CDI acrescida de sobretaxa efetiva de 2,30% ao ano. Como forma de constituição de garantia para pagamento, foi realizada reserva em conta específica de montante equivalente a 2,5 vezes do valor da parcela de amortização pactuada, perfazendo o total de R\$ 5.208;



- (i) Banco do Brasil VI BB250 – Refere-se à Cédula de Crédito Bancário nº 323.400.047, emitida em 17/05/2022, no valor total de R\$ 250.000 destinada única e exclusivamente ao reforço do capital de giro. Prazo de carência e desembolso: 12 meses. Prazo de amortização: 48 meses, contado a partir de 13/05/2023 (término da carência). Tarifa de 1,49% sobre crédito concedido, sendo: 0,75% de Comissão Flat, e 0,74% de Administração de Garantias. Os Encargos financeiros será a taxa média de CDI acrescida de sobretaxa efetiva de 2,49% ao ano. Como forma de constituição de garantia para pagamento, foi transferida fiduciariamente os direitos creditórios - capital e respectivos rendimentos – consubstanciados nos valores disponíveis em caixa e levados a crédito da conta reserva nº 12.131-2 a que alude o 4.6 do Termo de Referência do contrato;
- (j) Refere-se a Cédula de Crédito Bancário nº 12602223 emitida em 31 de março de 2023 no valor de R\$ 82.000 junto ao Banco ABC Brasil. Tem juros remuneratórios de: 100% da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros, capitalizada diariamente com base em um ano de 252 dias úteis, acrescido de 3,50% a.a. com base em um ano de 360 dias, correspondente a 0,2871% a.m. calculado exponencialmente, incidente sobre o valor do crédito. O pagamento do principal será feito em 48 parcelas mensais, devidas a partir do 13º mês contado da emissão da Cédula, conforme especificado em contrato;
- (k) Refere-se a Cédula de Crédito Bancário nº 10343926 emitida em 31 de março de 2023 no valor de R\$ 108.000 junto ao Banco Votorantim. Tem juros remuneratórios de: 100% da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros, capitalizada diariamente com base em um ano de 252 dias úteis, acrescido de 3,50% a.a. com base em um ano de 360 dias, correspondente a 0,2871% a.m. calculado exponencialmente, incidente sobre o valor do crédito. O pagamento do principal será feito em 48 parcelas mensais, devidas a partir do 13º mês contado da emissão da Cédula, conforme especificado em contrato.
- (l) Refere-se a Cédula de Crédito Bancário nº 270006024 emitida em 19 de janeiro de 2024 no valor de R\$ 220.000 junto ao Banco Santander (Brasil). Tem juros remuneratórios de: 100% da taxa do CDI determinada a uma taxa efetiva de 3,73% a.a. equivalentes a 0,30499% a.m. calculados de forma exponencial com base em um ano de 252 dias úteis; e taxa bonificada de 3,73% a.a. equivalentes a 0,30499% a.m. calculados de forma exponencial com base em um ano de 252 dias úteis incidente sobre o valor do crédito. O pagamento do principal será feito em 60 parcelas mensais, devidas a partir do 13º mês contado da emissão da Cédula, conforme especificado em contrato.
- (m) Refere-se ao contrato de empréstimo 23BR01 entre a Companhia e o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) no valor de USD 202.000. O empréstimo utilizado será pago em 29 parcelas semestrais iguais, de acordo com o cronograma de amortização. Iniciando em março de 2030 e terminando em março de 2044. Os juros devidos pelo mutuário serão um agregado da taxa de referência para a moeda do empréstimo e o spread. Tanto o encargo de compromisso a ser pago pelo mutuário ao NDB quanto a taxa de *front-end* serão iguais a 0,25% do valor do empréstimo, sendo apuradas e pagas de acordo com a seção das condições gerais do contrato.



b) Índice de Dívida Líquida sobre EBITDA

Os empréstimos junto ao Banco do Brasil, Santander e o Consórcio Banco Votorantim e Banco ABC Brasil, estão contratualmente vinculados ao índice de Dívida Líquida sobre o EBITDA, tendo contratos como obrigação o índice ser menor ou igual a 2,5 e contratos como obrigação o índice ser menor ou igual a 3,0.

Neste contexto, abaixo segue demonstrativo com apuração do índice em 31/03/2025:

Dívida líquida sobre o EBITDA (<=3,00 e 2,5)		31/03/2025
Empréstimos e Financiamentos - Circulante	+	373.756
Empréstimos e Financiamentos - Não Circulante	+	386.752
Passivo (C)	=	760.508
Disponibilidades	+	191.370
Aplicações financeiras de longo prazo	+	639
Disponibilidades e Aplicações financeiras (D)	=	192.009
Dívida líquida (E) = (C-D)	=	568.499
EBITDA (Acumulado últimos 12 meses) (F)	=	328.709
Dívida líquida / EBITDA → (E/F)		1,73

c) Índice de EBITDA sobre Serviço da Dívida

As operações de financiamento junto à Caixa Econômica Federal referentes a IN14 (0502791-07, 0502797-63, 0502798-77, 0502803-42, 0502805-62, 0502812-54, 0502813-68 e 0502840-91) estão contratualmente vinculados tanto ao índice de dívida líquida sobre EBITDA, onde o mesmo não pode ser maior do que 3,00, quanto ao índice de EBITDA sobre Serviço da Dívida, que por sua vez não pode ser menor ou igual a 1,5

Em 31/03/2025 o indicador EBITDA sobre Serviço da Dívida foi de 0,97, conforme apresentado abaixo o demonstrativo com a apuração do índice:

EBITDA sobre Serviço da Dívida (>1,5)		31/03/2025	31/12/2024
Amortização	+	58.029	165.248
Juros Pagos	+	27.903	106.535
Serviço da Dívida (A)	=	85.932	271.783
EBITDA do Trimestre (B)		82.958	345.003
EBITDA / Serviço da Dívida → (B/A)	=	0,97	1,27

O montante de empréstimos registrados no passivo não circulante possui o seguinte cronograma de vencimento:

Vencimento	31/03/2025	31/12/2024
2026	-	194.290
2027	267.102	124.160
2028	67.961	67.752
2029	51.689	48.881
	386.752	435.083

Os encargos financeiros dos financiamentos da IN 14 aplicados na construção de ativos (intangível) foram capitalizados até a data de início de operação do correspondente ativo.



17. Fornecedores

Política Contábil:

Os fornecedores são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado.

Os valores que compõem este grupo de contas compreendem às obrigações geradas pelas aquisições de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como aos compromissos decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como energia elétrica, água, telefone, aluguéis e todas as outras contas a pagar com vencimento no curto prazo. A composição de valores dos fornecedores está apresentada a seguir:

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Fornecedor de energia elétrica	27.755	32.517
Prestadores de serviços (a)	89.104	98.730
Empreiteiros de obras (b)	17.353	15.034
Fornecedores de materiais (c)	12.765	7.563
Outros (d)	14.265	15.069
	<u>161.242</u>	<u>168.913</u>

- Corresponde, principalmente, a prestação de serviço proveniente da Parceria Público-Privada (PPP) com a BRK Ambiental, e outros serviços associados de leitura, hidromedidação, corte e religação;
- Corresponde, prioritariamente, à realização de obras de investimentos e projetos de engenharia para viabilizar futuros investimentos da Companhia;
- Corresponde, principalmente, a aquisições de tubulações e materiais para manutenção das redes e obras para investimento;
- Corresponde, principalmente, a fornecedores de produtos químicos, equipamentos e locação de veículos.

18. Passivo Fiscal

Política contábil:

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época dos resultados tributáveis futuros. Dada a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, podem exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.



Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto de renda diferido ativo que pode ser reconhecido, com base num prazo considerado como razoável, bem como no nível de lucros tributáveis esperados nos próximos exercícios, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Em observância ao ICPC 22, a Companhia entende que todos os ajustes tributários efetuados na apuração dos impostos e contribuições sobre o lucro não apresentam tema passível de questionamento pelas autoridades fiscais federais quais sejam decorrentes de interpretação tributária diversa.

A seguir, apresenta-se a composição dos passivos fiscais:

	31/03/2025		31/12/2024	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Tributos próprios				
<u>Corrente:</u>				
COFINS e PIS	7.780	-	7.940	-
CSLL	22.201	-	17.698	-
Outros tributos a recolher	103	-	55	-
Parcelamento - Outros		170		234
	30.084	170	25.693	234
Tributos retidos de terceiros				
<u>Corrente:</u>				
IRRF	2.463	-	4.672	-
Contribuições sociais (PIS/COFINS/CSLL)	1.694	-	1.552	-
ISS	2.133	-	2.667	-
INSS	3.170	-	4.157	-
Outros tributos a recolher	29	-	8	-
	9.489	-	13.056	-
Passivo fiscal - corrente	39.573	170	38.749	234
Tributos próprios				
<u>Diferido:</u>				
PIS	408	-	408	-
COFINS	2.160	-	2.160	-
CSLL	-	-	-	-
Passivo fiscal - diferido	2.568	-	2.568	-
Total Passivo Fiscal Corrente e Diferido	42.141	170	41.317	234

19. Salários e encargos Sociais a Pagar

Política contábil: Os salários e encargos englobam as seguintes informações:

Salário, Remunerações e Benefícios: Registram os valores relativos a vencimentos e vantagens fixas e variáveis devidas a empregados;

Férias: Registra as obrigações referentes a férias, provisionadas na base de 1/12 do valor bruto da folha de pagamento mais os encargos incidentes no período aquisitivo;

Encargos Sociais a Pagar: Compreende as obrigações a curto prazo das unidades relativas a despesas incorridas e não pagas, em benefício de seus empregados, compulsoriamente ou não, incluindo aquelas que se destinam ao financiamento da seguridade social de responsabilidade do poder público e as demais contribuições sociais.



Composição dos valores:

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Provisão para férias	27.226	23.312
Valores a pagar COMPESASAÚDE	6.771	6.199
INSS a recolher	6.124	6.201
Vale Alimentação	6.339	3.368
Provisão 13º salário	5.991	-
FGTS a recolher	1.465	2.125
Valores a pagar COMPESAPREV	1.075	1.738
SESI/SENAI a recolher	467	464
Rescisões	394	383
Outros	784	651
	<u>56.636</u>	<u>44.441</u>

20. Outras Contas a Pagar

Composição dos valores:

	<u>31/03/2025</u>		<u>31/12/2024</u>	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Prefeitura de Petrolina	(a) 1.057	512	1.057	512
Convênios Municipais	(b) 109.809	-	109.809	-
Convênios CODEVASF	(c) -	101.727	-	101.680
Suape	(d) -	385	-	385
Outros	1.392	-	1.294	-
	<u>112.258</u>	<u>102.624</u>	<u>112.160</u>	<u>102.577</u>

- (a) Prefeitura de Petrolina: em virtude do Instrumento Particular de Confissão de Dívida, Transação e Outras Avenças firmadas com o Município de Petrolina em 18 de dezembro de 2007, a Companhia possui, no seu passivo, o registro de parcelas vincendas decorrentes da indenização à prefeitura de investimentos realizados pelo Município em infraestrutura de distribuição de água e esgotamento sanitário no âmbito do município de Petrolina. Na data do instrumento, o valor da dívida acordada foi de R\$ 14.659, a qual deverá ser paga da seguinte forma: (i) R\$ 740 referente custos de recuperação de sistemas indenizados pela Compesa à prefeitura; (ii) R\$ 13.919 em 12 parcelas mensais fixas e irrevogáveis de R\$ 723 e mais 12 parcelas de R\$ 437 nas mesmas condições. Os valores restantes estão sendo negociados entre as partes, justificando a não movimentação no período/exercício.
- (b) Convênios Municipais: valor refere-se à provisão de 6% da arrecadação líquida anual do Município de Recife, conforme termo de atualização do contrato de prestação de serviços celebrado entre a Companhia e o Município de Recife, assinado em 21 de dezembro de 2021. Tais recursos serão alocados anualmente à Conta do Tesouro Municipal de Recife e serão destinados, preferencialmente, a custear serviços e investimentos na área de saneamento básico.



- (c) CODEVASF: Em 30 de maio de 2011, foi celebrado convênio com o Ministério da Integração Nacional, através da CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, para implantação, ampliação, intervenções e adequação do sistema de esgotamento sanitário existente no município de Petrolina, inclusive beneficiando as populações das agrovilas no perímetro de irrigação senador Nilo Coelho do município de Petrolina, com prazo de execução desde julho de 2014, podendo ser prorrogado; valor total do convênio: R\$ 101.760. O convênio encontra-se vigente até a presente data em função de obras em andamento.
- (d) SUAPE – Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros: o saldo corresponde a execução de obras e serviços de engenharia para instalação de 12 (doze) hidrantes ao longo do Complexo Industrial Portuário de Suape, ligados as adutoras, subadutoras e redes de abastecimento água do SSA Suape, no município de Ipojuca – PE. O período de vigência será de 720 (setecentos e vinte) dias e prazo de execução de 180 (cento e oitenta) dias de acordo com o Plano de Trabalho.

21. Parceria Público - Privada (PPP) - Esgotamento Sanitário RMR/Goiana

	31/03/2025		31/12/2024	
	Circulante (Nota 17.a)	Não circulante	Circulante (Nota 17.a)	Não circulante
Parceria Público-Privada – PPP	14.940	2.479.835	51.735	2.420.549
Recuperação CBOS – PPP	-	(836.038)	-	(792.976)
	14.940	1.643.797	51.735	1.627.573

A Companhia registra no passivo não circulante, os bens adquiridos ou em construção pela BRK Ambiental previsto no contrato de Parceria Público Privada - PPP em benefício da Compesa. (Nota Explicativa 13). O referido saldo não possui a característica de realização pelo pagamento, uma vez que os recursos para investimento transferidos à BRK Ambiental estão baseados em fluxos mensais de pagamento, constantes na proposta econômica, e realizados por meio da contraprestação da operação do sistema - COS incluído nos pagamentos referentes à contraprestação básica da operação do sistema - CBOS, durante o período previsto da concessão (35 anos).

22. Provisões e Passivos Contingentes

Política contábil:

A Companhia registra provisões quando a Administração, suportada por opinião de seus assessores jurídicos, entende que existem indícios de perdas prováveis em certos processos judiciais que surgem no curso normal de seus negócios. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.



A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados. Para os casos em que os assessores jurídicos da Companhia entendem que existem indícios de perdas possíveis em certos processos judiciais que surgem no curso normal de seus negócios, estas são apenas informadas em notas explicativas, não sendo contabilizadas. Isto ocorre porque estas ainda precisam ser confirmadas quanto aos seguintes critérios: (a) não é provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação, ou (b) não pode ser feita uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação no momento do encerramento das Demonstrações Contábeis.

Composição dos valores:

	<u>Trabalhista</u>	<u>Cível</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	81.967	16.982	98.949
Constituição de provisões	27.907	53.774	81.681
Reversão de provisões	(42.462)	(8.167)	(50.629)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	67.412	62.589	130.001
Constituição de provisões	3.849	21.297	25.146
Reversão de provisões	(14.228)	(669)	(14.897)
Saldo em 31 de março de 2025	57.033	83.217	140.250

A Companhia, suportada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que os montantes de provisões registradas são suficientes para cobrir as perdas prováveis.

Foram considerados como perda provável os processos cujo desfecho é desfavorável à Compesa, nos quais há uma estimativa suficientemente segura do valor a ser desembolsado na data de encerramento das Demonstrações Financeiras e cuja estimativa de tempo para a efetiva liberação dos recursos para a parte adversa é inferior ao tempo médio de tramitação dos processos submetidos ao mesmo rito processual. O montante contabilizado como provisões passivas foi de 140.250 (R\$ 130.001 em 31/12/2024). Em relação a alguns desses processos, a Companhia efetuou depósitos judiciais que se encontram registrados no ativo não circulante no montante de R\$ 78.143 (R\$ 78.891 em 31/12/2024). O montante dos processos classificados como possíveis é de R\$ 543.018 (R\$ 526.210 em 31/12/2024).

23. Benefícios a Empregados

Plano de Benefício Definido (BD)

A Companhia mantém um plano misto de aposentadoria (contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para benefícios de risco) cujos efeitos são reconhecidos pelo regime de competência e de acordo com os critérios estabelecidos pela Deliberação nº 695 da CVM, conforme demonstrado nessa Nota Explicativa.



A Companhia é patrocinadora da Fundação Compesa de Previdência e Assistência – COMPESAPREV, que é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, cujo funcionamento foi autorizado pela Portaria nº 3.950, de 26 de fevereiro de 1987, do Ministério da Previdência Social (MPS), obedecendo às Normas e Resoluções expedidas pela PREVIC.

O Plano de Previdência Complementar em questão é de benefício definido, sendo integrado por Benefícios Programados e por Benefícios de Riscos.

Constam como participantes deste Plano o empregado que estiver em pleno exercício de suas atividades laborativas junto à Patrocinadora (Compesa), bem como o empregado que se desligar do quadro de pessoal da empresa e continuar na condição de participante do Plano.

Ocorrendo a perda do vínculo empregatício com o Patrocinador, é assegurado ao Participante que não estiver em gozo do benefício pelo Plano, o direito de optar por uma das seguintes situações:

- Tornar-se um participante auto patrocinador;
- Tornar-se um participante em BPD (Benefício Proporcional Definido);
- Deixar de ser participante em razão de optar por realizar Resgate de Contribuição;
- Deixar de ser participante em razão de optar por realizar a Portabilidade.

Na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, a COMPESAPREV tem como principal finalidade suplementar, parcial ou totalmente, os benefícios a que tem direito os empregados da Compesa enquanto segurados do Sistema Nacional de Previdência Social (SINPS). Os benefícios concedidos pelo Plano são basicamente os seguintes:

- Suplementação de aposentadoria por invalidez
- Suplementação de aposentadoria por tempo de serviço/contribuição
- Suplementação de aposentadoria por idade
- Suplementação de aposentadoria especial
- Suplementação de pensão
- Suplementação de abono anual

Em 31 março de 2025, a COMPESAPREV possuía 2.099 participantes ativos (2.107 em 31 de dezembro de 2024); 1.993 aposentados (2.055 em 31 de dezembro de 2024); 899 pensionistas (896 em 31 de dezembro de 2024); 31 participantes com auto patrocínio (28 em 31 de dezembro de 2024) e 12 participantes com benefício proporcional definido (13 em 31 de dezembro de 2024).

Os principais recursos que a COMPESAPREV dispõe para o seu funcionamento são representados por:

Contribuições dos participantes

Os participantes ativos recolhem à COMPESAPREV valores equivalentes ao resultado da aplicação das seguintes taxas:



- A% (A por cento) da parcela de seu salário real de contribuição, não excedente à metade do menor valor teto de cálculo do benefício suplementar;
- B% (B por cento) da parcela do seu salário real de contribuição entre a metade do menor valor teto e o próprio menor valor teto de cálculo do benefício suplementar;
- C% (C por cento) da parcela de seu salário real de contribuição entre o menor valor teto e três vezes o menor valor teto de cálculo do benefício suplementar;
- D% (D por cento) da parcela de seu salário real de contribuição entre três vezes o menor valor teto e o maior valor teto de cálculo do benefício suplementar.

Para os participantes assistidos os percentuais A% / B% / C% / D%, vigentes em 31/03/2025, são, respectivamente, de 2,6822% / 5,3643% / 10,7287% / 14,3049% e para os participantes ativos os percentuais A% / B% / C% / D% são, respectivamente, de 2,9697% / 5,9394% / 11,8788% / 15,8384% (agravamento de 10,72%)

Contribuição da entidade patrocinadora

Desde janeiro de 2017, a Patrocinadora COMPESA não realiza mais contribuição suplementar destinada a averbar o tempo de serviço anterior dos Participantes Fundadores do Plano de Benefício Definido da CompesaPrev como tempo de filiação a esse Plano já que a vigência de tal contribuição se encerrou em dezembro de 2016, permanecendo a vigência da contribuição normal de valor igual ao valor total das contribuições normais carregadas recolhidas a cada mês pelos Participantes Ativos e Assistidos do Plano.

Plano de Contribuição Definida (CD)

O Plano CD é um plano de previdência complementar em que os benefícios são mensurados em função das contribuições e rentabilidade alcançada nos investimentos.

Entende-se por plano de benefício de caráter previdenciário na modalidade de contribuição definida aquele cujos benefícios programados têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo de conta mantido em favor do participante, inclusive na fase em que recebe os benefícios, considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos.

O Plano CD teve sua operacionalização iniciada em 17/03/2021 e suas principais vantagens são a manutenção do padrão de renda após a aposentadoria; o investimento compartilhado com a Compesa; a opção de contribuição flexível; o empréstimo com uma das menores taxas de mercado; o direito de aderir ao Plano de Saúde; e a Dedução no Imposto de Renda.

Plano de Assistência Médica – COMPESASAÚDE

A Companhia também é patrocinadora do Plano de Assistência médico-hospitalar e odontológico (denominado COMPESASAÚDE), que é administrado pela COMPESAPREV, cujas contribuições são calculadas individualmente com o auxílio da tabela de contribuição mensal, lastreada em sua faixa de remuneração, no tamanho da sua família e na faixa etária.



O COMPESASAÚDE possui três modalidades de planos: Plano I e II (fechados para novas adesões) e Plano III (em funcionamento desde janeiro/2015). São compostos por titulares associados (empregados ativos, aposentados com direito e sem direito ao Plano de Incentivo à Aposentadoria – PIA, empregados com contrato de trabalho suspenso, sócios auto patrocinados, pensionistas ativos ou aposentados falecidos), titulares não associados à COMPESAPREV inscritos no COMPESASAÚDE até 25 de maio de 2001 (empregados ativos, aposentados com direito e sem direito ao PIA, empregados com contrato de trabalho suspenso, servidores públicos ou empregados de outras entidades cedidos à COMPESA, pensionistas ativos ou aposentados falecidos), dependentes e agregados.

Os planos caracterizam-se pelo completo atendimento aos procedimentos descritos na norma interna SAD 102/98, no Regulamento do Plano e nos demais atos normativos em vigor no que diz respeito às coberturas, às exclusões, às carências e ao padrão de acomodação hospitalar.

Os planos são custeados pelas contribuições mensais dos seus associados, em pré-pagamento, conforme tabelas definidas por ocasião da avaliação atuarial de planos, e em pós-pagamento, referente aos valores correspondentes à coparticipação. A Patrocinadora participa do custeio do plano, conforme regras acordadas anualmente por ocasião da Avaliação Atuarial do Plano e revisão do Plano de Custeio do COMPESASAÚDE.

Compromisso da Patrocinadora aos Empregados no Pós-Emprego

Em 2024, a Companhia, em atendimento ao disposto no CPC 33 - Benefícios a empregados, promoveu a mensuração de benefícios de assistência à saúde pós-emprego, os quais requerem a utilização de premissas acerca do nível e da frequência de sinistros futuros e do custo para a cobertura desses sinistros:

Descrição	31/03/2025	31/12/2024
Valor presente das obrigações atuariais no início do trimestre/ ano	(267.312)	(267.312)
Taxa de desconto atuarial do ano anterior	9,19%	9,19%
(-) Custo do serviço passado não reconhecido	-	-
(-) Custo de juros sobre a obrigação	(24.566)	(24.566)
(-) Custo do serviço corrente previsto para o ano	(10.281)	(10.281)
(+) Benefícios pagos no ano	9.901	9.901
Perda atuarial do exercício	8.590	8.590
Obrigação total no trimestre	(283.668)	(283.668)
Valor justo dos ativos do plano no início do trimestre	11.306	11.306
Taxa de retorno esperado para os ativos do plano	9,19%	9,19%
(+) Custo de juros sobre a obrigação	1.039	1.039
(+) Contribuição da Patrocinadora	7.008	7.008
(-) Benefícios pagos no trimestre	(9.901)	(9.901)
Ganho sobre os ativos do plano no trimestre	(3.410)	(3.410)
Valor justo dos ativos no trimestre	6.042	6.042
Custo do serviço passado não reconhecido		
Ganho/ (perda) atuarial no trimestre	8.590	8.590
Ganho sobre os ativos do plano no trimestre	(3.410)	(3.410)
<i>Apuração do resultado do trimestre</i>	5.180	5.180
Passivo a reconhecer no trimestre	(277.626)	(277.626)



Pecúlio por Morte e Invalidez

A Compesa concede um Pecúlio por Morte e por Invalidez, cujo capital individual segurado é de 3 (três) vezes o valor do seu Piso Salarial sendo pago das seguintes formas: i) 100% em caso de morte natural ou de entrada em aposentadoria definitiva do empregado; ii) 200% em caso de morte acidental do empregado; iii) 50% em caso de morte natural do cônjuge ou companheira (o); iv) 100% em caso de morte acidental do cônjuge ou companheira(o); e v) 10% em caso de morte de filho(s) de até 21 anos de idade ou inválidos. Não se registra de forma diversa do plano de previdência complementar do tipo benefício definido, patrocinado pela Compesa com a COMPESAPREV, a existência de qualquer fundo segregado para dar cobertura aos benefícios pós-emprego apresentados, cujos valores estão dispostos a seguir:

Status de cobertura	31/03/2025	31/12/2024
Valor presente das obrigações do PIA no início do trimestre	73.862	73.862
Status de cobertura: (superávit)	61.805	61.805
Passivo líquido da empresa patrocinadora no final do trimestre	61.805	61.805

Custos esperado pós-emprego	31/03/2025	31/12/2024
Custo do serviço corrente	3.283	3.283
Custo dos juros	6.553	6.553
Custo esperado estimado para o próximo ano	9.836	9.836

	31/03/2025	31/12/2024
Valor presente das obrigações		
Valor presente das obrigações no início do período	73.862	73.862
Custos dos serviços correntes	3.210	3.210
Juros sobre o valor presente das obrigações	5.981	5.981
(Perdas)/ganhos atuariais	(473)	(473)
Benefícios pagos	(20.775)	(20.775)
Valor presente das obrigações no final do período	61.805	61.805

Posição do benefício a empregados em dezembro de 2024 e dezembro de 2023:

	31/03/2025	31/12/2024
Benefícios a empregados		
Valor justo do ativo do plano	(1.082.044)	(1.082.044)
Valor líquido das obrigações	947.837	947.837
Plano de Previdência COMPESAPREV	(134.207)	(134.207)
Valor do Ativo/passivo do plano	(134.207)	(134.207)
<i>Saldo do Plano de Previdência COMPESAPREV</i>	-	-
Valor presente das obrigações	283.668	283.668
Valor justo dos ativos	(6.042)	(6.042)
<i>Plano de assistência COMPESASAÚDE</i>	277.626	277.626
Valor presente das obrigações anterior	73.862	73.862
Custos dos serviços correntes	3.210	3.210
Juros sobre as obrigações	5.981	5.981
Perdas e ganhos atuariais	(473)	(473)
Benefícios pagos	(20.775)	(20.775)
Aposentados	-	-
<i>Benefício Pós-emprego (PIA)</i>	61.805	61.805
Total	339.431	339.431



24. Partes Relacionadas

Política contábil:

A Companhia realiza transações comerciais com diversas partes relacionadas, destacando-se o Estado de Pernambuco e alguns municípios, conforme detalhado nesta Nota Explicativa.

A Companhia considera como partes relacionadas o Estado de Pernambuco e seus órgãos, assim como as prefeituras municipais que detenham participação em seu quadro societário oriundas dos contratos de concessão.

Adicionalmente, a Companhia também reconhece como parte relacionada a Parceria Pública Privada (PPP) celebrada com a empresa BRK Ambiental. A Compesa manteve as seguintes operações com partes relacionadas:

- Parceria Público-Privada (PPP): Serviços de esgotamento sanitário da Região Metropolitana de Recife por meio da Parceria Público Privada (PPP) com a empresa BRK Ambiental;
- Demais operações: Serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário cobrado nas mesmas condições e tarifas normais de mercado para o setor público;

Composição dos valores:

Parceria Público-Privada (PPP): O saldo corresponde aos bens adquiridos ou em construção pela BRK Ambiental previsto no contrato de Parceria Público Privada (PPP) em benefício da Compesa. O referido saldo não possui a característica de realização pelo pagamento, uma vez que os recursos para investimento transferidos à BRK Ambiental estão baseados em fluxos mensais de pagamento, constante na proposta econômica, e realizados por meio da contraprestação da operação do sistema (COS) incluído nos pagamentos referentes à contraprestação básica da operação do sistema (CBOS), durante o período da concessão previsto para 35 anos.

Balço Patrimonial – 31/03/2025		
BRK Ambiental		
Parte Relacionada	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante
	(Nota 17)	(Nota 21)
BRK Ambiental	14.940	2.479.835
BRK Ambiental (CBOS)	-	(836.038)



Demonstração do Resultado – 31/03/2025

BRK Ambiental		
Despesa		(111.187)
Receita com serviço de construção	(Nota 26)	57.003
Custo com serviço de construção	(Nota 27)	(57.003)

Demais operações: Refere-se aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário para o setor público que são cobrados nas mesmas condições e tarifas normais de mercado; aos contratos de financiamentos celebrados entre o Governo do Estado de Pernambuco e a instituição financeira na qual a Companhia figura como interveniente responsável pela implantação, operação e manutenção dos empreendimentos. A seguir apresenta-se a composição dos valores relativos as demais operações vinculadas

	Resultado	
	31/03/2025	31/12/2024
Controlador		
Estado de Pernambuco e órgãos estaduais	7.283	12.384
Outras partes relacionadas		
Prefeituras e órgãos municipais	76.012	125.727

	31/03/2025		31/12/2024	
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo circulante	Ativo não circulante
Estado de Pernambuco e órgãos estaduais				
Contas a receber	7.292	-	12.427	-
Outros (Convênios)	5.384	-	5.384	-
Prefeituras e órgãos municipais				
Contas a receber	77.049	5.780	126.777	5.902
Outros (Convênios)	138.673	-	138.673	-
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Estado de Pernambuco e órgãos estaduais				
Juros sobre capital próprio	28.932	180.274	28.932	180.274
Prefeituras e órgãos municipais				
Petrolina	1.057	512	1.057	512



25. Patrimônio Líquido

Acionistas	Período: 03/2025					
	AÇÕES NOMINATIVAS SEM VALOR NOMINAL					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Qtd	Valor (R\$)	Qtd	Valor (R\$)	Qtd	Valor (R\$)
Estado de Pernambuco (*)	210.666.094	7.757.721	6	1	210.666.100	7.757.722
Sudene			71.481	3.056	71.481	3.056
Ad Diper			5.351	229	5.351	229
Pref.Mun.de Olinda			3.436	147	3.436	147
Pref.Mun.de Gravatá			962	41	962	41
Codevasf			747	32	747	32
Outros (**)			4.845	207	4.845	207
TOTAL	210.666.094	7.757.721	86.828	3.713	210.752.922	7.761.434

Acionistas	Período: 12/2024					
	AÇÕES NOMINATIVAS SEM VALOR NOMINAL					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Qtd	Valor (R\$)	Qtd	Valor (R\$)	Qtd	Valor (R\$)
Estado de Pernambuco (*)	210.666.094	7.757.721	6	1	210.666.100	7.757.722
Sudene			71.481	3.056	71.481	3.056
Ad Diper			5.351	229	5.351	229
Pref.Mun.de Olinda			3.436	147	3.436	147
Pref.Mun.de Gravatá			962	41	962	41
Codevasf			747	32	747	32
Outros (**)			4.845	207	4.845	207
TOTAL	210.666.094	7.757.721	86.828	3.713	210.752.922	7.761.434

(*) O Estado de Pernambuco, como acionista controlador, detém 100% das ações ordinárias e 99,95% do total de ações. (**) 88 acionistas

a) Capital Social

Em dezembro de 2024 a Companhia integralizou capital proveniente de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no valor de R\$ 231.707, sendo 6.178.869 ações ordinárias, sem valor nominal.

As ações preferenciais não têm direito a voto, porém gozam de prioridade na distribuição de dividendos mínimos à razão de 20% do lucro líquido apurado no exercício e, em caso de liquidação, no reembolso do capital, sem direito a prêmio, bem como participação sem restrições no aumento do capital decorrente da capitalização de reservas e lucros.

b) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)

Movimentação AFAC	<u>31/03/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldo inicial de adiantamento	92.466	231.707
Quantidade de ações	2.725	6.426
Adiantamento no período/exercício	39.518	92.466
Quantidade de ações	1.073	2.458
<i>Incorporação ao capital social</i>	-	-
Quantidade de ações	-	-
Incorporação ao capital social	-	231.707
Quantidade de ações	-	6.159
Saldo final de adiantamentos	131.984	92.466
Quantidade de ações	3.798	2.725



Até 31/03/2025, foi recebido AFAC do Estado de Pernambuco, mediante empenho, no valor de R\$ 131.984 (R\$ 92.466 em 31/12/2024) em consonância com a aprovação dos investimentos em água e esgoto autorizados pela lei orçamentária anual. O saldo de Créditos para aumento de capital totalizou no período o montante de R\$ 131.984 (R\$ 92.466 em 31/12/2024).

c) **Contratos de concessão - Prefeituras - Pagamento baseado em ações**

Quando do início da vigência do contrato de concessão celebrado com as prefeituras de Olinda, Gravata, Vitória Santo Antão, Bodocó, Carnaíba, Altinho, Flores, Bonito, Salgueiro, Surubim, Itapetim, S. Maria Boa Vista, Bom Jardim, Tracunhaém, S. J. do Belmonte, Ibirajuba, R. das Almas, Itamaracá, Jataúba, Rio Formoso, Venturosa, Correntes, S. Lourenço Mata, Buenos Aires, Ipojuca, Cupira, Palmeirina, Igarassu, Chã Grande, Sairé, S. Cruz do Capibaribe, Belo Jardim, Carpina, Floresta, Belém de Maria, Barreiros, Parnamirim, S. J. da Coroa Grande, Exú, Brejinho, Vicência, Sítio dos Moreira, Granito, Sirinhaém, Ingazeira, Calumbí, Jurema, Pedra, Mirandiba, Limoeiro, Cachoeirinha, S. Bento do Una, Betânia, Cabo, Pombos, Maraial, Lagoa do Ouro, Paulista, Sertânia, Lagoa dos Gatos, Caruaru, Terra Nova, Garanhuns, Agrestina, Timbaúba, Canhotinho, Ipubi, Tacaimbó, Barra de Guabiraba, Jupi, Camutanga, Vertentes, Bezerros, Pesqueira, Triunfo, Glória do Goitá, Condado, Ferreiros, Orocó, Iguarací, Custódia, Verdejante, João Alfredo, Taquaritinga do Norte, Brejão, Afrânio e Capoeiras, a Companhia adquiriu o ativo imobilizado da concedente naquela data e deu em pagamento o montante correspondente em ações preferenciais da Compesa.

Ao final do prazo da concessão ou havendo a sua rescisão antecipada, a Compesa encontra-se obrigada a efetuar a recompra das ações representativas do seu capital social.

26. Receitas Operacionais

Política contábil:

Receita de Serviços: As receitas são reconhecidas com observância ao regime de competência. De acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e considerando o Objeto Social da Companhia, em que é possível verificar que não existem etapas contratuais na execução dos serviços prestados aos clientes relativas à obrigação de desempenho, o reconhecimento ocorre pelo faturamento em uma base cíclica mensal ao valor justo da contrapartida a receber. A receita de fornecimento de água e coleta de esgoto inclui montantes faturados aos clientes em uma base cíclica (mensal) e receitas não faturadas reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber e são apresentadas líquidas de impostos, abatimentos ou descontos incidentes sobre elas, incluindo ainda os valores dos acréscimos por impontualidade de clientes (multa). As receitas ainda não faturadas são reconhecidas com base no consumo estimado, da data de medição da última leitura até o fim do período contábil.

Receita de Construção: A receita de construção dos bens vinculados à prestação de serviço público deve ser reconhecida usando o método da percentagem completada, desde que todas as condições aplicáveis sejam concluídas. Segundo esse método, a receita contratual deve ser proporcional aos custos contratuais incorridos na data do balanço em relação ao custo total estimado. A Companhia adotou para mensuração das receitas e dos custos de construção a margem nula.



Composição dos valores:

	01/01/2025 a 31/03/2025	01/01/2024 a 31/03/2024
Receita de Venda		
Serviços de abastecimento de água	474.988	476.054
Serviços de esgotamento sanitário	163.909	161.315
Serviços de construção (a)	123.446	88.034
	762.343	725.403
Deduções da receita		
COFINS e PIS	(23.176)	(22.717)
Cancelamentos	(4.759)	(6.217)
	(27.935)	(28.934)

- a) Em 31/03/2025, a receita dos serviços de construção efetuada pela Compesa corresponde a R\$ 66.443 (R\$ 36.040 em 31/03/2024), enquanto a receita de construção decorrente da participação da PPP foi de R\$ 57.003 (R\$ 51.994 em 31/03/2024) totalizando R\$ 123.446 (R\$ 88.034 em 31/03/2024).

27. Custo dos Serviços Prestados

A composição dos custos, por natureza, é a seguinte:

	01/01/2025 a 31/03/2025	01/01/2024 a 31/03/2024
Pessoal	(75.840)	(96.641)
Energia elétrica	(80.704)	(81.755)
Serviços de terceiros	(143.362)	(131.106)
Materiais	(10.724)	(6.029)
Produtos químicos	(40.061)	(34.602)
Depreciação e Amortização	(32.283)	(27.974)
Despesas gerais	(9.119)	(2.159)
Custo de construção	(123.446)	(88.034)
	(515.539)	(468.300)

Em atendimento ao CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, a Companhia reconheceu a receita de construção e o seu correspondente custo de construção no resultado do trimestre em 31/03/2025, considerando uma margem zero para tais contratos, uma vez que a Administração não espera obter resultados desta operação, por não considerar esta atividade como sua atividade fim.

28. Despesas Comerciais, Administrativas, Tributos e Outras

A composição destas despesas, por natureza, é a seguinte:



a) Despesa Comercial:

	01/01/2025 a 31/03/2025	01/01/2024 a 31/03/2024
Perdas por créditos não liquidados	(83.861)	(54.634)
Serviço de terceiros	(11.542)	(11.127)
Pessoal	(4.261)	(11.163)
Energia elétrica	(4)	(152)
Depreciação e amortização	(96)	(134)
Despesas gerais	(41)	(81)
Materiais	(15)	(73)
	(99.820)	(77.364)

b) Despesa Administrativa:

	01/01/2025 a 31/03/2025	01/01/2024 a 31/03/2024
Pessoal	(31.736)	(32.989)
Serviços de terceiros	(16.728)	(17.184)
Despesas gerais	(15.522)	(28.946)
Depreciação e Amortização	(2.135)	(2.302)
Energia elétrica (a)	(574)	(471)
Materiais	(137)	(67)
	(66.832)	(81.959)

- a) A despesa de energia elétrica no período apresentou saldo credor devido à realização de compensação de créditos oriundos de alterações do ciclo de faturamento impostas pela ANEEL em períodos anteriores, que ocasionou valores pagos maiores que o devido, e a partir da negociação com o Grupo Neoenergia, foi realizada a revisão dos valores e concretizado a compensação dos créditos existentes.

c) Despesa Tributária:

	01/01/2025 a 31/03/2025	01/01/2024 a 31/03/2024
Outras Taxas e Contribuições Estaduais	(3.606)	(3.271)
Alvará de Funcionamento	(375)	(657)
Taxa outorga captação d'água	(271)	(105)
Taxas e Emolumentos	(29)	(6)
Outras Taxas e Contribuições Municipais	(13)	(18)
Outras Taxas e Contribuições Federais	(8)	(392)
Outros	-	(2)
	(4.302)	(4.451)

d) Outras Receitas e Despesas:

	01/01/2025 a 31/03/2025	01/01/2024 a 31/03/2024
Multa impontualidade	100	3.064
Receitas de alugueis	371	341
Taxa de administração de recebíveis	55	49
Outras receitas e despesas operacionais	3	1.542
	529	4.996



29. Resultado financeiro

	01/01/2024 a 31/03/2025	01/01/2023 a 31/12/2023
Receitas		
Receita financeira de clientes (a)	11.443	10.890
Rendimentos de aplicações financeiras (b)	5.764	9.835
Outras receitas financeiras	367	770
Ajuste a valor presente	34	230
	17.608	21.725
Despesas		
Encargos de captação (empréstimos e financiamento)	(23.400)	(23.031)
Descontos concedidos	(1.580)	(5.163)
Demais encargos financeiros	(1.275)	(1.003)
	(26.255)	(29.197)
Resultado financeiro líquido	(8.647)	(7.472)

- (a) O valor é composto por juros de clientes, no valor de R\$ 1.365 (R\$ 1.330 em 31/03/2024), e multa por impontualidade no pagamento das faturas, no valor de R\$ 10.078 (R\$ 9.560 em 31/03/2024) totalizando R\$ 11.443 (R\$ 10.890 em 31/03/2024);
- (b) O saldo corresponde a rendimentos auferidos nas aplicações financeiras provenientes dos saldos dos recursos captados por meio de empréstimos bancários, e recursos aportados pelo governo do Estado de Pernambuco, no exercício de 2025, para investimentos ainda não realizados, bem como aplicação de valores referente a repasses de Convênios, como, por exemplo, da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF com base no convênio nº 0.011.00/2011.

30. Seguros

A Companhia adota política de não contratação de seguros para seus bens. No entanto, em seus termos de contrato junto a fornecedores de obras, a Compesa prevê que estes devem realizar um seguro contra risco de acidentes de trabalhos de seus empregados e de terceiros. Ocorrendo a hipótese de sinistro não coberto pelo seguro contratado, a contratada responderá pelos danos e prejuízos que, eventualmente, causar à Companhia ou a terceiros, em decorrência da execução dos serviços, correndo às suas expensas, exclusivamente, as indenizações resultantes.

Adicionalmente, a Compesa possui apólices de Seguro Garantia Judicial com a finalidade de garantir valores que seriam depositados e/ou substituir os valores já depositados e/ou bens penhorados em processos judiciais de ações trabalhistas e cíveis.



31. Riscos e Questões Ambientais

A Companhia preocupa-se em minimizar os impactos ambientais que possam colocar em risco suas atividades e seu negócio. Isso é feito por meio de procedimentos de manutenção regulares e permanentes em seus sistemas de água e de esgotos. Além disso, com as ações de saneamento, é dada grande contribuição à proteção do meio ambiente e à melhoria das condições de saúde pública.

O gasto com manutenção regular de seus ativos operacionais é reconhecido ao resultado, bem como as despesas com questões ambientais, quando incorridas. A Administração da Companhia, com base em uma análise histórica, acredita que nenhuma provisão adicional para perdas relacionadas com questões ambientais é necessária atualmente, inclusive em face da legislação ambiental em vigor no Brasil. A Política Ambiental não foi objeto de auditoria pelos nossos auditores independentes.

